

## SUMÁRIO

**Doutrina**

*Ana Carolina Daldegan Serraglia* - Sobre a possibilidade de relativização da coisa julgada inconstitucional

1 - Introdução. 2 - Sentença. 3 - Coisa julgada como garantia constitucional. 4 - Definição de coisa julgada. 5 - Limites da coisa julgada. 6 - Instrumentos de revisão da coisa julgada. 7 - Relativização atípica da coisa julgada: teoria da desconsideração da coisa julgada. 8 - Conclusão.

9

*Daniel Pinheiro Viegas e Fabiano Buriol* - Lei n. 12.966/2014: o processo civil como técnica para a democratização das vias judiciais e proteção ambiental

1. Introdução. 2. A proteção aos direitos de grupos raciais, étnicos ou religiosos como uma proteção humana e também ambiental e cultural. 3. O processo civil e a democratização do Poder Judiciário. 4. Conclusões.

22

*Felipe Viana de Mello* - O reconhecimento da aplicabilidade da teoria do ônus dinâmico no processo civil brasileiro

1. Introdução. 2. Breves noções acerca do ônus da prova. 3. Da distribuição fixa do encargo probatório. 4. A teoria da carga dinâmica do ônus da prova. 5. Conclusão.

32

*Fernando Rubin* - A atual aplicabilidade da Súmula 89 do STJ diante dos benefícios por incapacidade de natureza provisória e definitiva

I - Introdução. II - Dos benefícios por incapacidade dentro do regime geral de Previdência Social. III - Do âmbito de aplicação da Súmula 89 do STJ diante dos casos de auxílio-doença. IV - Da possibilidade de ingresso imediato em juízo sem requerimento administrativo nos casos de auxílio-acidente e aposentadoria por invalidez. V - Conclusão.

44

*Gilberto Gomes Bruschi* - O efeito suspensivo e o recurso de apelação

1. Os incisos do art. 520 e a exceção ao efeito suspensivo. 2. A obtenção do efeito suspensivo nas hipóteses em que a lei prevê o recebimento da apelação apenas no devolutivo.

54

*Leonardo Oliveira Soares* - Ainda a distinção entre os juízos de admissibilidade e de mérito em mandado de segurança contra decisão judicial no Estado Democrático de Direito brasileiro

1. Introdução. 2. Posicionamento jurisprudencial uniforme e disciplina constitucional do mandado de segurança. 3. Apreciação infraconstitucional da disciplina do mandado de segurança. 4. Nota explicativa (ou de advertência?) 5. Uma última observação. 6. Conclusão.

65

*Marcelo Freire Sampaio Costa* - Princípio da dignidade da pessoa, eficácia normativa, dimensão objetiva e precedente jurisprudencial do TST

1. Resumo. 2. Justificativa e método. 3. Do julgado no Tribunal Superior do Trabalho. 4. Precatório e o chamado sequestro humanitário. 5. Do princípio fundamental da dignidade da pessoa humana. 6. Da força normativa desse princípio. 7. Dimensão objetiva e a consequente eficácia irradiante dos direitos fundamentais. 8. Conclusão. Do precedente do Tribunal Superior do Trabalho e a superioridade axiológica do princípio da dignidade da pessoa humana.

73

*Marcelo Fróes Del Fiorentino* - O regime jurídico dos precatórios de conformidade com o atual entendimento do egrégio Supremo Tribunal Federal

I - Introdução. II - Da compensação unilateral instituída pela EC nº 62/2009. III - Da correção monetária preestabelecida pela EC nº 62/2009. IV - Dos juros de mora previstos na EC nº 62/2009. V - Das duas modalidades de moratória instituídas pela EC nº 62/2009.

84

*Oscar Valente Cardoso* - O prequestionamento no pedido de uniformização à turma nacional de uniformização de jurisprudência dos Juizados Especiais Federais

1. Introdução. 2. O sistema recursal dos Juizados Especiais Federais: aspectos essenciais. 3. Recurso de uniformização para a turma nacional de uniformização: natureza e características. 4. O pressuposto recursal específico do prequestionamento. 5. O prequestionamento no recurso de uniformização para a TNU. 6. Conclusões. 103

*Pedro Roberto Decomain* - O Agravo Interno

1. Introdução. 2. Cabimento. 3. Legitimidade recursal, prazo e respectivo início. 4. Regras de interposição e de processamento; competência; decisão. 5. Efeitos. 111

*Jurisprudência*